SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina Centro de Tecnologia e Inovação - Parque Fontes do Ipiranga

CNPJ: 61.699.567/0048-56 Nota do Administrador



Em complemento às Demonstrações Contábeis Consolidadas da S.P.D.M - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, das quais são parte o Parecer do Conselho Fiscal da S.P.D.M., o Parecer da Assembleia dos Associados da S.P.D.M. e o Relatório dos Auditores Independentes, estamos encaminhando para publicação as Demonstrações Contábeis Individuais da Unidade Gerenciada: SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Centro de Tecnologia e Inovação - Parque Fontes do Ipiranga. A Ata de Reunião com o Parecer do Conselho Fiscal da SPDM e Assembleia Geral dos Associados da SPDM será publicado em conjunto com as Demonstrações Contábeis Consolidadas da SPDM até 30 de abril de 2025

Comparativo das Demonstrações dos Resultados dos Períodos

São Paulo, 28 de fevereiro de 2025. Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira. Diretor Presidente da SPDM

	2024	202
ATIVO	0,00	0,0
Ativo Circulante	216,29	3.789.067,7
Assistência	216,29	3.789.067,7
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 3.1)	216,29	2.470.089,9
Caixa e Equivalentes de Caixa		
Assistência com Restrição	216,29	2.470.089,9
Clientes e Outros Recebíveis	0,00	1.258.044,0
Clientes e Outros Recebíveis		
Assistência Com Restrição	0,00	1.258.044,0
Créditos e Contas a Receber	0,00	39.909,9
Créditos e Contas a Receber		
Assistência com Restrição	0,00	39.909,9
stoque	0,00	14.893,0
stoque Assistência Com Restrição	0,00	14.893,0
Despesas Antecipadas	0,00	6.130,8
Despesas Antecipadas Assistência Com Restrição	0,00	6.130,8
otal do Ativo	216,29	3.789.067,7
Passivo	0,00	0,0
Passivo Circulante	216,29	3.789.067,7
Assistencia	216,29	3.789.067,7
Obrigações Trabalhistas	0,00	379.591,2
Obrigações Trabalhistas Assistência com Restrição	0,00	379.591,2
Obrigações Tributárias e Previdenciárias	0,00	92.336,3
Obrigações Tributárias e Previdenciárias		
Assistência com Restrição	0,00	92.336,3
Fornecedores e Prestadores de Serviços	0,00	139.972,1
Fornecedores e Prestadores de Serviços		
Assistência com Restrição	0,00	139.972,1
Subvenções e Parcerias a Realizar	216,29	3.174.205,8
Subvenções e Parcerias a Realizar		
Assistência com Restrição	216,29	3.174.205,8
Contas a Pagar	0,00	2.962,1
Contas a Pagar Assistência com Restrição	0,00	2.962,1
Total do Passivo	216,29	3.789.067,7
Superávit(Déficit) do período – Assistência (Nota		0,0
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	216,29	3.789.067,7
Contas Transitórias e de Compensação	0,00	0,0
Compensação Ativo	0,00	683.861,30
Assistência	0,00	683.861,30
Compensações	0,00	683.861,30
Compensações Assistência com Restrição	0,00	683.861,30
Compensação Passivo	0,00	683.861,30
Assistência	0,00	683.861,30
Compensações Compensações Assistência com Restrição	0,00	683.861,30 683.861,30

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 Contexto Operacional, Normas E Conceitos Gerais Aplicados Nas Demonstrações Financeiras. A Entidade, SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina é uma Associação civil sem fins lucrativos, de natureza filantrópica, reconhecida de utilidade pública estadual e municipal, respectivamente pelos decretos nºs. 57.925, de 04/03/1966, 40.103 de 17/05/1962. A SPDM é uma Instituição filantrópica, que busca a sustentabilidade econômica, social e ambiental. Sua gestão é baseada no sistema de governança corporativa e na alta competência de seus colaboradores. Fundada em 1933, atualmente é dirigida por um Conselho Administrativo, eleito pela Assembleia de Associados e tem, hoje, como principal objetivo a manutenção do Hospital São Paulo (HSP), bem como outros hospitais, centros de assistência e unidades afins. Dentro dos seus objetivos, por ser Entidade Filantrópica com atividade preponderante na área da saúde, a tulo, em razão das competências, das funções ou das atividades que lhes SPDM atua em conformidade ao estabelecido no inciso II do artigo 4º da Lei 12.101 de 27 de novembro de 2009 e na Lei Complementar 187, de 16 dezembro de 2021. Características da Unidade Gerenciada: O Centro de Tecnologia e Inovação – Parque Fontes do Ipiranga (CTI) é um projeto da Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência, pertencente ao Governo do Estado de São Paulo. Inaugurado em 10.12.2013 o CTI desenvolve atendimentos voltados para pessoas com deficiência física, mental, intelectual e sensorial, e de seus familiares. O Centro se posiciona como Serviço (FGTS); IV - Mantenham escrituração contábil regular que registre um espaço inovador, polo de desenvolvimento tecnológico, de conhecimento, qualificação e formação profissional de recursos humanos, com estratégias inovadoras, estabelecendo parcerias e alianças, compartilhando competências e viabilizando nessas relações Inter sensoriais a convergência entre os atores sociais, para um efetivo desenvolvimento do processo de inclusão. A partir da Resolução SEDPcD nº 09, de 13.11.2013, iniciou-se a gestão da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina. Em 10 de Dezembro de 2013, a SPDM firmou com a Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Contrato de Gestão Nº 035/2013 - Processo nº 138803/2013, e as atividades foram iniciadas em 18.08.2014. A partir da Resolução SEDPcD nº 11, de 14.12.2018, foi celebrado um novo contrato de gestão entre a SPDM e a SEDPcD. Em 20 de dezembro de 2018 a SPDM celebrou, com a SEDPcD, Contrato de Gestão 001/2018 - Processo nº1780771/2018, para gerenciar os processos e atividades do Centro de Tecnologia e Inovação da rede Lucy Montoro, com duração de 60 (sessenta) meses, tendo início em 01 de janeiro de 2019, com valor global de R\$ 37.926.648,00 (Trinta e sete milhões, novecentos e vinte e seis mil e seiscentos e guarenta e oito reais). Em 21 de outubro de 2019 foi assinado o 1º Termo Aditivo ao CG 001/2018, reduzindo em 31,5% o valor global do contrato, para R\$ 25.978.045,50 (Vinte e cinco milhões, noveapresentando o novo plano de trabalho. Em 29 de dezembro de 2023 foi assinado o 3º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão 001/2018, prorrogando a pactuada no CG 001/2018. Sendo assim, as atividades da unidade foram finalizadas em 28 de junho de 2024, e os itens de estoque e bens de terceiros foram devolvidos à contratante, mediante termo de entrega do imóvel. O total de recursos repassados é de R\$ 1,258,044,00 (Um milhão, duzentos e cinquenta e oito mil e quarenta e quatro reais). 1 - Imunidade Tributária: A SPDM enquadra-se no conceito de imunidade tributária disposta no art. 150, Inciso VI, alínea" C" e seu parágrafo 4° e artigo 195, parágrafo 7° da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988. **1.1 Requisitos para imunidade** tributária: Conforme determinação constitucional deverá a lei complemen tar, pois somente ela tem o condão de regulamentar matéria relativa à imunidade tributária, estabelecer requisitos necessários ao gozo da referida benesse, os quais se encontram devidamente dispostos no artigo 14 do Código Tributário Nacional. Do mesmo modo, o cumprimento de tais requisitos está previsto no Estatuto Social da Entidade e pode ser comprovado pela sua escrituração contábil (Demonstrações Contábeis, Diário e Razão), no qual transcrevemos: a) Não distribuem qualquer parcela de seu patrimônio segurados da previdência social, mas não se estende a outra pessoa jurídiou de suas rendas, a qualquer título (art. 39º do Estatuto Social); b) Aplicam ca, ainda que constituída e mantida pela entidade à qual a certificação foi integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais (art. 39º do Estatuto Social); c) Mantém a escrituração de suas ração das demonstrações financeiras de 2024, a Entidade observou as prinreceitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão os quais elaborados pelo Conselho Administrativo (art. 23, XXV do Estatuto Social), são submetidos à análise de resultados e apro-ração e divulgação das demonstrações contábeis consolidadas e indivivação pelo Conselho Fiscal (art. 32, I do Estatuto Social) e Assembleia Ge-

Exercícios Encerrados em 31 de Dezembro - Valores Em Reais					
_	2023				
(=) Receita Bruta de Serviços (Nota 4.1)	3.168.806,72	5.158.320,68			
Assistência	3.168.806,72	5.158.320,68			
Subvenções Assistência	2.751.634,20	4.376.708,39			
Subvenções Assistência com Restrição	2.751.634,20	4.376.708,39			
Estrutura SPDM Assistência	11.802,87	24.883,13			
Estrutura SPDM Assistência com Restrição	11.802,87	24.883,13			
Receitas da Imunidade e do Trabalho					
Voluntário Assistência	405.369,65	756.729,04			
Receitas da Imunidade e do Trabalho					
Voluntário Assistência com Restrição	405.369,65	756.729,04			
Receitas Financeiras Assistência	0,00	0,12			
Receitas Financeiras Assistência com Restriçã		0,12			
Receita Líquida	3.168.806,72	5.158.320,68			
Custos (Nota 4.2)	-179.363,78	-297.211,55			
Assistência	-179.363,78	-297.211,55			
Custos com Pessoal Assistência	-127.882,51	-197.124,74			
Custos com Pessoal Assistência com Restriçã		-197.124,74			
Custos Administrativos Assistência	-20.436,62	-36.406,04			
Custos Administrativos					
Assistência com Restrição	-20.436,62				
Custos com Mercadorias e Materiais Assistênc	cia -6.431,70	-13.627,87			
Custos com Mercadorias e Materiais					
Assistência com Restrição	-6.431,70	-13.627,87			
Imunidade e Trabalho Voluntário Assistência	-24.612,95	-50.052,90			
Imunidade e Trabalho Voluntário					
Assistência com Restrição	-24.612,95	-50.052,90			
Despesas (Nota 4.2)	-2.989.442,94				
Assistência	-2.989.442,94				
Despesas com Pessoal Assistência	-1.845.676,31	-2.654.665,55			
Despesas com Pessoal	1 045 070 04	0.054.005.55			
Assistência com Restrição	-1.845.676,31				
Despesas Administrativas Assistência	-698.465,80	-1.406.026,53			
Despesas Administrativas	600 465 00	1 400 000 50			
Assistência com Restrição	-696.465,60	-1.406.026,53			
Despesas com Mercadorias e Materiais Assistência	E2 000 4E	77 400 20			
Despesas com Mercadorias e	-53.000,45	-77.429,39			
Materiais Assistência com Restrição	E2 000 4E	-77.429,39			
Imunidade e Trabalho Voluntário Assistência	-53.000,45 -380.756,70	- ,			
Imunidade e Trabalho Voluntário	-360.736,70	-706.676,14			
Assistência com Restrição	-380.756,70	-706.676,14			
Despesas Financeiras e Tributárias Assistência		-16.311,52			
Despesas Financeiras e Tributárias Assistencia Despesas Financeiras e Tributárias	a =11.545,00	-10.311,52			
Assistência com Restrição	-11.543,68	-16.311,52			
(=) Resultado do Período (Nota 6)	0,00				
As Notas Explicativas são parte integrante da					
de imunidade das Contribuições Sociais, nos	termos da léi,	por tratar-se de			

instituição privada, sem fins lucrativos e econômicos, com atuação preponderante na área da saúde, conforme previsto nos artigos 12 e 15 da Lei nº 9.532/97, combinados com a Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, reconhecida como Entidade Beneficente de Assistência Social. 1.3 - Requisitos para manutenção da Imunidade Tributária: A Lei complementar 187/2021, regulamentada pelo Decreto nº 11.791, de 21 de novembro 2023, em seus arts. 3º e 4º estabelece que farão jus à imunidade de que trata o § 7º do art. 195 da Constituição Federal as entidades beneficentes que atuam nas áreas da saúde, da educação e da assistência social certificadas nos termos desta lei complementar, e que, atendam, cumulativamente, aos seguintes requisitos: I - Não percebam seus dirigentes estatu tários, conselheiros, associados, instituidores ou benfeitores remuneração vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou tíseiam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos: II - Apliquem suas rendas, seus recursos e eventual superávit integralmente no território nacional, na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos institucionais; III apresentem certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, bem como comprovação de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de as receitas e as despesas, bem como o registro em gratuidade, de forma segregada, em consonância com as normas do Conselho Federal de Contabilidade e com a legislação fiscal em vigor; V - não distribuam a seus conselheiros, associados, instituidores ou benfeitores seus resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto, e, na hipótese de prestação de serviços a terceiros, públicos ou privados, com ou sem cessão de mão de obra, não transfiram a esses terceiros os benefícios relativos à imunidade prevista no § 7º do art. 195 da Constituição Federal; VI - Conservem, pelo prazo de 10 (dez) anos, contado da data de emissão, os documentos que comprovem a origem e o registro de seus recursos e os relativos a atos ou a operações realizadas que impliquem modificação da situação patrimonial; VII - Apresentem as demonstrações contábeis e financeiras devidamente auditadas por auditor independente legalmente habilitado nos Conselhos Regionais de Contabilidade, quando a receita bruta anual auferida for superior ao limite fixado pelo in- $\underline{\text{ciso II do caput do art. } 3^{\underline{o}} \text{ da Lei Complementar } n^{\underline{o}} \text{ 123, de 14 de dezembro}}$ de 2006; e VIII - preveiam, em seus atos constitutivos, em caso de dissolução ou extinção, a destinação do eventual patrimônio remanescente a entidades beneficentes certificadas ou a entidades públicas. § 1º A exigência a que se refere o inciso I do caput deste artigo não impede: I - a remuneração centos e setenta e olto mil, quarenta e cinco reais e cinquenta centavos) e aos dirigentes não estatutários; e II - a remuneração aos dirigentes estatutários, desde que recebam remuneração inferior, em seu valor bruto, a 70% (setenta por cento) do limite estabelecido para a remuneração de servidores nho de 2024.Em 15 de abril de 2024, através do Ofício SDPCD/CG nº dirigente remunerado poderá ser cônjuge ou parente até o terceiro grau, inde benfeitores ou equivalentes da entidade de que trata o caput deste artigo; e b) o total pago a título de remuneração para dirigentes pelo exercício das atribuições estatutárias deverá ser inferior a 5 (cinco) vezes o valor correspondente ao limite individual estabelecido para a remuneração dos servidores do Poder Executivo federal. § 2º O valor das remunerações de que trata o § 1º deste artigo deverá respeitar como limite máximo os valores praticados pelo mercado na região correspondente à sua área de atuação deverão ser fixados pelo órgão de deliberação superior da entidade, registrado em ata, com comunicação ao Ministério Público, no caso das fundações. § 3º Os dirigentes, estatutários ou não, não respondem, direta ou subsidiariamente, pelas obrigações fiscais da entidade, salvo se comprovada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação. Art. 4º A imunidade de que trata esta Lei Complementar abrange as contribuições sociais previstas nos incisos I, III e IV do caput do art. 195 e no art. 239 da Constituição Federal, relativas a entidade beneficente, a todas as suas atividades e aos empregados e demais concedida. 2 - Apresentações das Demonstrações Contábeis: Na elabocipais alterações trazidas pela Lei nº 11.638/2007, Medida Provisória nº 449/2008 e Lei nº 11.941/09 que promoveram modificações quanto à elaboduais, antes previstas na Lei nº 6.404/76, que agora passam a ser observaral dos Associados (art. 16 V do Estatuto Social). 1.2-Imunidade Tributária das não apenas pelas sociedades por ações, mas também as empresas de

Comparativo das Demonstrações Exercícios encerrados em 31 de dezei			
		2024	2023
Fluxo de Caixa das Atividades		0,00	0,00
Superavit / Deficit do Exercício / Período		0,00	0,00
Ajustes p/ Conciliar o Resultado as		-,	-,
Disponibilidades Geradas Atividades Operad	ionais	0,00	0.00
Depreciação e Amortização		0,00	0,00
Resultado Venda/Baixa Átivos e Passivos		0,00	0,00
Ajuste Contas Patrimônio Líquido		0,00	0,00
Variações Ativos e Passivos		0,00	0,00
(+) Redução Contas a Receber	1.258	.044,00	4.193.480,00
(+) Redução Outros Créditos	39.	.909,93	-19.909,73
(+) Redução Despesas Antecipadas	6.	.130,80	-2.151,18
(+) Redução Estoques	14.	.893,04	3.919,58
Aumento (-) Fornecedores	-139	.972,10	-158.862,81
Aumento (-) Doações e			
Subvenções/Contratos	-3.173	.989,54	-4.120.050,21
Aumento (-) Contas a Pagar e Provisões	-474	.889,80	38.835,89
Aumento (-) Bens de Terceiros		0,00	-675.255,30
Aumento (-) Passivo Arrendamento		0,00	0,00
Caixa Líquido Consumido pelas			
Atividades Operacionais		.873,67	-739.993,76
Fluxo de Caixa das Atividades de Investime		0,00	0,00
(+) Recebimento pela Venda de Ativo Imobiliza	ado	0,00	0,00
(-) Aquisições de Imobilizado		0,00	0,00
(-) Adição de Bens de Terceiros		0,00	675.255,30
(-) Adição de Bens Intangíveis		0,00	0,00
(-) Direito de Uso		0,00	0,00
Caixa Líquido Consumido pelas			
Atividades de Investimentos		0,00	675.255,30
Fluxos de Caixa das Atividades de Financi	amento	-,	0,00
Captação de Empréstimos e Financiamentos		0,00	0,00
(-) Pagamentos de Empréstimos e Financiamo	entos	0,00	0,00
Caixa Líquido Consumido pelas			
Atividades de Financiamentos		0,00	0,00
Aumento (Redução) no			
Caixa e Equivalente		.873,67	-64.738,46
Saldo Inicial de Caixa e Equivalente		.089,96	2.534.828,42
Saldo Final de Caixa e Equivalente		216,29	2.470.089,96
As Notas Explicativas são parte Integrante das Demonstrações Contábeis			
Comparativo da Demonstração do Valor Adicionado			
Exercícios encerrados em 31 de dezer	mbro - V		
		2024	2023
1 - Receitas	-3.168	.806,72	-5.158.320,56

1.1) Prestação de Serviços 0,00 0.00 1.2) Subvenções -2.751.634.20 -4.376.708.39 1.3) Outras Receitas -11.802.87 -24.883,13 1.4) Imunidade Sobre Contribuições -405.369,65 -756.729,04 1.5) (-) EPLCD-Estim Perdas Crédito 0.00 0.00 2 - Insumos Adquiridos de Terceiros (ICMS e IPI Inclusos) 702.832,02 1.415.425,54 13.627.87 2.1) Custos dos Insumos com Serviços Prestados 6.431,70 2.2) Materiais, Energia 681.203.57 1.368.308.54 Serviços de Terceiros e Outros 2.3) Perda / Recuperação de Valores Ativos 3.393,88 8.606,00 2.4) Custos / Despesas Diversas 24.883.13 3 - Valor Adicionado Bruto (1-2) -2.465.974,70 -3.742.895,02 4 - Retenções 0.00 0.00 4.1) Depreciação, Amortização 0,00 0,00 Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade (3-4) -2.465.974,70 -3.742.895,02 6 - Valor Adicionado Recebido em Transferência 0.00 -0.126.1) Receitas Financeiras 0,00 -0,12- Valor Adicionado Total (5+6) -2.465.974,70 -3.742.895,14 8 - Distribuição do Valor Adicionado 2.465.974,70 3.742.895,14 8.1) Pessoal e Encargos 1.973.558.82 2.851.790.29 11.090.28 12.877.52 8.2) Impostos, Taxas e Contribuições 8.3) Financeira 453,40 3.434,00 8.4) Aluguéis 75.502,55 118.064,29 8.5) Imunidade sobre Contribuições 405.369,65 756.729,04 8.6) Superávit / Déficit do Período 0.00

As Notas Explicativas são parte Integrante das Demonstrações Contábeis. vância as melhores práticas contábeis adotadas no Brasil, levando em consideração a adoção de normas contábeis como o Pronunciamento Técnico CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, que tem por objetivo fornecer informações financeiras sobre a entidade; NBC TG 07 (R2) Subvenção e Assistência Governamentais, que trata da contabilização e divulgação de subvenção governamental; e ITG 2002 (R1) - Entidades sem Finalidade de Lucros a qual estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de reconhecimento das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas de entidade sem finalidade de lucros. Em 01.01.2023 a SPDM adotou um Novo Plano de Contas que permite melhorar a divulgação, mensuração e evidenciação de suas operações, para melhor atender aos usuários das demonstrações contábeis e seus stakeholders (bancos, governos, órgãos de fiscalização e controle, auditores externos e colaboradores). Em função dessa mudança, houve a necessidade de implantação de um novo sistema de gestão integrada ERP (Enterprise Resource Planning), que tem por objetivo garantir a eficácia, registro e confiabilidade das operações contábeis e financeiras (backoffice), permitindo a reclassificação dos ativos, passivos, receitas e despesas por: i) natureza do recurso (com ou sem restrição); ii) tipo de verba ou origem do recurso (municipal, estadual ou federal); e iii) por atividade fim (saúde, eduvigência por mais 6 meses, com início em 01 de janeiro de 2024 a 30 de judo Poder Executivo federal, obedecidas as seguintes condições: a) nenhum cação e assistência social), segregando e identificando suas transações financeiras por "centros de custos" e "balanços por projetos", assegurando ruo a Entidado nocea divulgar o publicar cu conformidade com as Normas Contábeis para Entidade Sem Fins Lucrativos. A instituição irá fornecer a composição analítica das transferências de saldos e/ou movimentações objeto de reclassificação, para fins de auditoria das demonstrações contábeis. 2.1 - Formalidade da escrituração contábil - NBC T 2.1: As demonstrações contábeis individuais da SPDM foram ela boradas em conformidade com a Norma Contábil ITG 2000 (R1), que estabelece critérios e procedimentos a serem adotados pela entidade para a escrituração contábil de seus fatos patrimoniais, por meio de qualquer processo, bem como a guarda e a manutenção da documentação e de arquivos contábeis e a responsabilidade do profissional da contabilidade: e CTG 2001 (R3) que define as formalidades da escrituração contábil em forma di gital para fins de atendimento ao Sistema Público de Escrituração Digital (SPED). A entidade apresenta seus documentos e livros contábeis em conformidade com a Instrução Normativa RFB nº 2003, de 18 de janeiro de 2021, que exige a apresentação de Escrituração Contábil Digital (ECD) para as pessoas jurídicas imunes e isentas, incluindo livro diário, livro razão, balancetes diários e balanços, assinados digitalmente com certificado digital a fim de garantir a autoria, autenticidade, integridade e validade jurídica do documento digital. 2.2 - Razão Social da Unidade Gerenciada: SPDM -Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicinacentro de **Tecnologia e Inovação – Parque Fontes do Ipiranga**, Rodovia dos Imigrantes, km 11 Vila Guarani – São Paulo – SP - CEP 04329-000, CNPJ nº 61.699.567/0048-56. 3 - Principais Práticas Contábeis Utilizadas na Elaboração das Demonstrações: Em todas as suas unidades os registros e característica da Imunidade: A SPDM também se enquadra no conceito grande porte. A SPDM elaborou suas demonstrações financeiras em obser- contábeis são realizados da maneira estabelecida pela matriz e continua...

Econtinuação são acatadas todas suas orientações. Face aos inúmeros Econtinuação são acatadas todas suas orientações. Face aos inúmeros procedeu a ajustes necessários para se adequar ao que estabelecem a conceitos aplicados quando da escrituração dos atos e fatos administrativos Norma NBC TG 07 (R2) — Subvenção e Assistência Governamentais, no que deram origem aos Livros Diários, Razões e outros, divulgamos aqueles os quais julgamos mais relevantes conforme norma ITG 2002(R1) - Entidades sem finalidade de lucros, e suas alterações. O plano de contas adotado atende aos requisitos da Lei 11.638/2007. Segundo o manual do CFC, o plano de contas consiste em um conjunto de títulos, apresentados de forma coordenada e sistematizada, previamente definidos, nele traduzida a estrutura das contas a serem utilizadas de maneira uniforme para representar o estado patrimonial da entidade, e de suas variações, em um determinado período. Nesse sentido a função e o funcionamento das contas serão utilizados conforme a codificação do plano de contas. 3.1 - Caixa e Equivalentes de Caixa: Os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias.

Caixa e Equivalentes de Caixa	Saldo em R\$ 31/12/2024	Saldo em R\$ 31/12/2023
Caixa e Saldos em Bancos	216,29	2.135,91
Aplicação Financeira de Curto Prazo	-	2.467.954,05
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	216,29	2.470.089,96
Os recursos financeiros disponíveis para o C	TI são mantidos	s em conta cor
rente bancária oficial e representam em 3	1.12.2024 o m	ontante de R
216,29 (Duzentos e dezesseis reais e vinte e	nove centavos)), conforme de
monstrado no quadro acima. O CTI não poss	sui valores em e	spécie disponí
voie em Caiva De recurece financeiros eão	controlados de	acordo com s

sua natureza (custeio e/ou investimento), permitindo a identificação por tipo de verba (municipal, estadual ou federal), assim como sua origem (identificação do instrumento contratual celebrado) Distribuição dos Recursos Financeiros – Por Natureza, Tipo de Verba e Origem dos Recursos

Saldo em R\$ Saldo em R\$

31.12.2023

31.12.2024

Custeio - Recurso Estadual - CG 001/2018 Total de Recursos Disponíveis 216,29 2.470.089,96 3.1.1-Aplicações Financeiras: As aplicações estão demonstradas pelo va lor da aplicação acrescido dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do balanço, com base no regime de competência. As aplicações são referenciadas como sendo com restrição uma vez que os valores se encontram aplicados por força de convênios e contratos de gestão cujo rendimento reverte em favor do contratante e não da SPDM.

Tipo de

	про ае			
Instituição Financeira	Aplicação	Taxa	31/12/2024	31/12/2023
Banco do				
Brasil C/C 108904-8	CDB DI	96	0,00	1.727.279,56
Banco do				
Brasil C/C 113398-5	CDB DI	94	0,00	420.733,50
Banco do				
Brasil C/C 113397-7	CDB DI	70	0,00	319.940,99
Total			-,	2.467.954,05
4 - Origem e Aplicação				
subvenções, contribuições				
gime de competência. As				
comprovantes de recebin				
tros, como também suas				
e Recibos, em conformida				
ceitas Operacionais: Os				
gestão ou convênios é de				
vidades operacionais. As na atividade operacional			,	
de acordo com a NBC TG				
tais - Item 12, onde a subv				
receita ao longo do perío				
compensar, sempre levar				
sobre a Forma, no reconh				
mentos sobre Aplicação				
ção: Os recursos provenie				
tualmente mantidos em co				
dos para o custeio da unidade gerenciada. Os rendimentos sobre aplicações				
financeiras são reconhecidos como Receitas Financeiras no Resultado da				
Entidade, e transferidos para a conta de Passivo denominada "Convênios/				
Contratos Públicos à Realizar", em conformidade com o Item 29 da NBC TG				
07 (R2) - Subvenção e Assistência Governamentais. Em 2024 tais valores				
representam o montante				
vinte e quatro reais e nov	renta e dois d	centavos	i). <u>4.2 – Custo</u>	<u>s e Despesas</u>
Operacionais: Os valores				
setores produtivos da inst				
nadas aos setores admir				
acordo com a estrutura e				
lios, Subvenções, Contra				
cursos financeiros proven				
instrumentos firmados con				
vo principal operacionaliza				
camente, conforme contra				
ceiro e operacional aos o mentação a disposição p				
firmados estão de acordo				
de acordo com suas finali				
seus tipos de Assistência				
Subvenção e Assistência				
namental deve ser reconh				
tada com as despesas qu				
de que atendidas às cond				
vernamental não podem				
Enquanto não atendidos				

forme quadro abaixo:	
CNPJ nº 61.699.567/0048-56	
Repasse Custeio	R\$
Contrato 001/2018 – Centro de Tecnologia e Inovação	1.258.044,00
Total	1.258.044.00

5 - Patrimônio Líquido: Conforme esclarecido em balanços anteriores, de acordo com apurado na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido de 2.012, e descrito em notas explicativas dos anos anteriores, a SPDM com data de encerramento em 30/06/2024 Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira

demonstração do resultado, a contrapartida da Assistência governamental

registrada no ativo é feita em conta específica do passivo. No exercício de

2024, a Associação recebeu Assistências Governamentais Estaduais, con-

Diretor Presidente da S.PDM

Relatório dos Auditores Independentes monstrações contábeis da SPDM - ASSOCIAÇÃO PAULISTA PARA O

Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários

DESENVOLVIMENTO DA MEDICINA (CENTRO DE TECNOLOGIA E

para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de dis-INOVAÇÃO - PARQUE FONTES DO IPIRANGA) que compreendem o balanco patrimonial, em 31 de dezembro de 2024, e as respectivas Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é resdemonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboraprincipais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações ção das demonstrações contábeis, a não ser que a administração precontábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os tenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade, nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operaem 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião: Nossa demonstrações contábeis. Responsabilidades do auditor pela audiauditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de açordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as nor-Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado: Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVÀ. Essa ditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo prodemonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria fissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis, tomadas em conjunto. Responsabilidades da

que se refere ao reconhecimento dos recursos com restrição originários de contratos de gestão, convênios públicos e outros tipos de Assistência Governamental. O patrimônio líquido atualmente não apresenta valores, em virtude de aplicação do que estabelece a Norma ITG 2002 (R1) - Entidades sem Finalidade de Lucros, que enquanto não atendido os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da Assistência Governamental de Contribuição para Custeio e Investimento deve ser em conta específica do Passivo, de forma que o resultado será sempre "zero". Em virtude da aplicação das normas acima relacionadas, a Entidade optou em não divulgar a DMPL - Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido, pois não houve movimentação no Patrimônio Líquido nos períodos de 2024 e 2023, respectivamente. <u>6 - Resultado Operacional</u>: Em face à adoção da Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 07 (R2) – Subvenção e Assistência Governamentais, a subvenção governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas as condições desta norma (Item 12). Portanto, a apuração do resultado do exercício reconhecido em conta específica do Patrimônio Líquido representa "zero". A apura ção do resultado, se não aplicada a norma, seria composto de Outras Receitas no valor de R\$ 107.324,92 (Cento e sete mil, trezentos e vinte e quatro reais e noventa e dois centavos), e deduzidas das Despesas e Custos Operacionais na ordem de R\$ 2.858.856,11 (Dois milhões, oitocentos e cinquenta e oito mil, oitocentos e cinquenta e seis reais e onze centavos), en cerrando o exercício com um resultado deficitário no valor de R\$ 2.751.531,19 (Dois milhões, setecentos e cinquenta e um mil, quinhentos e trinta e um reais e dezenove centavos). 6.1 - Nota de Ênfase ao Resultado: O 3º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão 001/2018, que prorrogou a vigência do instrumento por mais 6 meses, não contemplou repasse financeiro para o ano de 2024. Com a contabilização das despesas do ano, o resultado final foi deficitário. <u>7 - Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social (CEBAS) - LEI nº 12.101/09; 12.868/13; e LEI</u> COMPL. nº 187/2021. Por ser Entidade Filantrópica com atividade preponderante na área da saúde, a SPDM, em conformidade ao estabelecido no inciso II do artigo 4º da Lei 12.101 de 27 de Novembro de 2009, alterada pela Lei 12.868/13, regulamentada pelo decreto 8.242/14 e, ainda, o que está disposto na Lei Complementar 187/2021, para fazer jus a Certificação na área "predominantemente" de saúde, deverá alternativamente (Artigo 7º): I - prestar serviços ao SUS; II - prestar serviços gratuitos; III - atuar na promoção à saúde; IV - ser de reconhecida excelência e realizar proietos de apoio ao desenvolvimento institucional do SUS; e ainda (Artigo 9º): I - celebrar contrato, convênio ou instrumento congênere com o gestor do SUS; e II - comprovar, anualmente, a prestação de seus serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), com base nas internações e nos atendimentos ambulatoriais realizados. Podendo ainda (§ 3° para fins do disposto no § 2º deste artigo), no conjunto de estabelecimentos de saúde da pessoa jurídica, poderá ser incorporado estabelecimento vinculado em decorrência de contrato de gestão, no limite de 10% (dez por cento) dos seus serviços. De acordo com a Lei Complementar 187/2021, Artigo 29, a certificação ou sua renovação será concedida ás entidades beneficentes com atuação na área de assistência social que executem: I - servicos, programas ou projetos socioAssistênciais de atendimento ou de assessoramento; II – serviços, programas ou projetos socioAssistênciais com objetivo de habilitação ou de reabilitação da pessoa com deficiência e de promoção de sua inclusão à vida comunitária; III – programas de aprendizagem de adolescentes, de jovens ou pessoas com deficiência; IV- serviço de acolhimento institucional provisório de pessoas e seus acompanhantes O artigo 30 diz que as entidades beneficentes de assistência social pode rão desenvolver atividades que gerem recursos, inclusive por meio de filiais, com ou sem cessão de mão de obra, registradas segregadamente em sua contabilidade e destacadas em suas Notas Explicativas. Constituem requisitos para certificação de entidade de assistência social, conforme **Artigo** 31: I – ser constituída como pessoa jurídica de natureza privada; II – com provar inscrição no conselho municipal ou distrital de assistência social: III prestar e manter atualizado o cadastro de entidades e organizações de assistência social; IV - manter escrituração contábil regular; V - comprovar que no ano anterior ao requerimento destinou a maior parte de seus custos e despesas a serviços, programas ou a projetos no âmbito da assistência social e remunerou seus dirigentes de modo compatível com o seu resultado financeiro do exercício. 8 - Relatório de Execução do Contrato de Gestão

CTTipiranga					
Relatório de Execução do Contrato de Gestão - 2024					
•		Total			
Linha de Contratação		Contratado*	Realizado*		
Moda Inclusiva	Pessoas	160	0		
Programa de Apoio à Empregabilidad	е				
de Pessoa com Deficiência	Pessoas	400	403		
Empresas		33	239		
Parceira		Na	0		
Apoio para Ações Complementares		400	974		
Programa de Inclusão Digital	Matriculados	160	169		
Programa Todas In-Rede	Lançamento	s 7	0		
Profissionais da Beleza		Na	0		
Curso de Libras São Paulo	Turmas	24	62		
Pessoas		320	3.769		
Curso de Libras Interior	Turmas	13	4		
Pessoas		267	142		
Projeto Inclusão - Metrô	Pessoas	1.000	2.105		
Leitura Inclusiva		Na	0		
Teleapoio	Atendimento	s 400	428		
Ações de Desenvolvimento a					

Ações de Desenvolvimento a Ďifusão de Tecnologias de Inclusão Projetos Executados Na

Considerando que foi celebrado o 2º Termo Aditivo em 05/11/2021 ao presente contrato de gestão SEDPcD nº 001/2018, o período da meta contratada anual é de Nov/2023 à Jun/2024 a partir do encerramento do Contrato de Gestão em junho/2024. Por meio do Ófício CG nº 017/2023 recebido no dia 15/03/2023, Moda Inclusiva e Todas In-Rede serão suprimidos do atual plano de trabalho. Libras Interior**: Após o período pós pandemia, a procura e adesão ao curso passou a ser online. Por este motivo, não haverá mais a distinção em oferta ao público da cidade de São Paulo e interior, uma vez que a realização de curso não envolve o deslocamento. Conforme Ofício SEDPcD/CG № 144/2024 não haverá renovação de contrato de gestão,

Denise Carmo de Almeida

Contadora CRC 1SP 289.563/O-7

responsável pela elaboração e adequada apresentação das demons- tar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resuls contáb

torção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. ponsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a ções. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das toria das demonstrações contábeis: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, mas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes guando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como administração pelas demonstrações contábeis. A administração é obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamen-

Relatório de Execução Orçamentária - 2024 Receitas Custeio Investimento Repasses Contrato de Gestão 001/2018 R\$ 1.258.044,00 Receitas Financeiras R\$ 107.324,92 Outras Receitas R\$ 0.00 R\$ 1.365.368,92 Total de Receitas Custeio Investimento Despesas R\$ 2.393.927,74 Despesas com Pessoal Servicos de Terceiros R\$ 767.651.19 R\$ 83.161,34 Materiais e Medicamentos Outras Despesas R\$ 590.502,32 Total de Despesas R\$ 3.835.242,59

9 - Imunidade e Contribuições Sociais Usufruídas: A Instituição teve o seu Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-Saúde) deferido conforme Portaria SAS/MS nº 1.893, de 07 de dezembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União em 08/12/2016 com validade de 01/01/2015 à 31/12/2017 e, ainda, através da Portaria SAS/ MS 1.571, de 01 de abril de 2024, publicado no Diário Oficial da União em 03/04/2024, com validade de 01/01/2018 à 31/12/2020, fazendo jus ao direito de usufruir da imunidade do pagamento das Contribuições Sociais, relativas a Cota Patronal e Outra Entidades (Terceiros). Em 15 de dezembro de 2020, a Entidade protocolou, tempestivamente, o seu requerimento de reno vação para o período de 01/01/2021 a 31/12/2023, conforme processo SI-PAR nº 25000.177286/2020-01, o qual aguarda o deferimento pelo Ministério da Saúde. Em 04 de dezembro de 2023, a Entidade protocolou, tempestivamente, o seu requerimento de renovação para o período de 01/01/2024 a 31/12/2026, conforme processo SIPAR nº 25000.181713/2023-91, o qual aguarda, também, o deferimento pelo Ministério da Saúde. Em 16 de dezembro de 2021, foi publicado no diário oficial da União a Lei Complementar $N^{\mbox{\tiny Ω}}$ 187, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes. Em face da transição para a Lei complementar, a Portaria 834 de 26/04/2016 apesar de vigente não faz menção a tal lei, assim como, se tem uma ausência de uma nova portaria até a presente data. Entretanto, no intuito de minimizar possíveis riscos, a Entidade vem cumprindo com o estabelecido na portaria 834/16 a qual dispõe sobre o processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-SAÚDE) e traz, em seu artigo 30, a obrigatoriedade de constar na Demonstração do Resultado (DRE) o valor do benefício fiscal usufruído (inciso VIII alínea "d") e, nas Notas Explicativas, o valor dos benefícios fiscais usufruídos (inciso IX alínea "d"). Por se tratar de uma Entidade Beneficente de Assistência Social portadora do CEBAS- Saúde, a SPDM possui imunidade da COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) sobre as receitas relativas às atividades próprias, conforme disposto no artigo 14, Inciso X, da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001. A partir do exercício de 2.019, com o êxito da ação referente ao reconhecimento da imunidade tributária com relação ao recolhimento do PIS, a Entidade passou a reconhecer em sua Demonstração do Resultado (DRE), o valor do benefício fiscal usufruído referente ao PIS sobre a folha de pagamento. Desta forma para continuar cumprindo o estabelecido em portaria, a Entidade continua reconhecendo na DRE as imunidades usufruídas (COFINS, PIS sobre a fo lha de pagamento e INSS Patronal sobre a folha de pagamentos sobre servicos próprios e de terceiros Pessoa Física). Os montantes das imunidades usufruídas durante o exercício de 2.024 se encontram registrados em conta específica de receita e despesa que totalizou R\$ 403.977,24 (Quatrocentos e três mil, novecentos e setenta e sete reais e vinte e quatro centavos). 9.1 - Imunidade da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados. Conforme descrito no item 9 - Imunidade e Contribuições Sociais Usufruídas, face à sua condição de Entidade Filantrópica garantida nos termos da Lei complementar 187/2021, a Entidade usufruiu ano exercício de 2024, da imunidade da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados a qual se encontra registrada em conta específica o montante de R\$ 308.558,20 (Trezentos e oito mil, quinhentos e cinquenta e oito reais e vinte centavos). Em 2023. a referida imunidade, que também se encontra registrado em conta específica de receita, totalizou R\$ 601.318,96 (Seiscentos e um mil, trezentos e dezoito reais e noventa e seis centavos). **9.2 – Imunidade da Contribuição para o** Financiamento da Seguridade Social (COFINS). A imunidade da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) está baseada na condição filantrópica da Entidade. Conforme classificação em conta específica o montante no exercício 2024 foi de R\$ 82.549.01 (Oitenta e dois mil, quinhentos e quarenta e nove reais e um centavo). Tomando-se por base os recursos recebidos em 2023, esse montante foi de R\$ 131.301,27 (Cento e trinta e um mil, trezentos e um reais e vinte e sete centavos). 9.3 -Imunidade para o PIS sobre a Folha de Pagamento: A Entidade usufruiu a imunidade do Programa Integração Social (PIS) sobre a folha, no ano de 2024, o montante de R\$ 12.870,03 (Doze mil, oitocentos e setenta reais e três centavos); em 2023, R\$ 21.898,77 (Vinte e um mil, oitocentos e noventa e oito reais e setenta e sete centavos). 9.4 - Trabalho voluntário: Em 02/09/2015 o Conselho Federal de Contabilidade publicou a revisão da Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, norma que regulamenta a contabilidade das entidades do Terceiro Setor. Dentre as alterações realizadas na (ITG) 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros encontra-se a que estabelece que o trabalho dos integrantes da administração das entidades deve ser incluído como trabalho voluntário. Desta forma, conforme item 19, a Entidade reconhece pelo valor justo a prestação do serviço não remunerado do voluntariado, que é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e talento uma importante participação em várias ações realizadas pela entidade. A Entidade possui dois tipos de trabalho voluntário sendo um dos dirigentes estatutários e outro de prestadores de serviços voluntariado. Para o cálculo da remuneração que seria devida, a Entidade toma por base o número de Conselhos, o de Conselheiros e o tempo dedicado à atividade por cada um. Tomando como base o valor médio da hora multiplicado pelo número de horas chegou-se ao montante devido no mês, o qual foi dividido de maneira simples pelo número de unidades ativas no período. Para os demais trabalhos voluntários a valorização é feita pelo valor da hora da categoria a que pertence o voluntário. Em 2024, o trabalho voluntário estatutário representou R\$ 1.392.41 (Um mil. trezentos e noventa e dois reais e guarenta e um centavos); em 2023 estes valores apurados foram de R\$ 2.210,04 (Dois mil, duzentos e dez reais e quatro centavos). 10 - Exercício Social: Conforme estabelece o art. 41 do Estatuto Social da Instituição, o exercício social coincide com o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. São Paulo, 31 de dezembro de 2024.

Dra. Yumi Kaneko Diretora Técnica

pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos

São Paulo - SP, 08 de abril de 2025 AUDISA AUDITORES ASSOCIADOS - CRC/SP 2SP 024298/O-3 Ivan Roberto dos Santos Pinto Júnior - Contador CRC/RS 058.252/O-1 CVM 7.710/04 - CNAI-RS-718